



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 14

Sessão Ordinária de Abril

5.ª Reunião de 15-05-2006

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal João Carlos Martins Valente, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, João Carlos Loureiro Pedroso, Vera Maria da Cruz Vieira, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Fernando José Florentino Marques, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, Júlio Vasconcelos Oliveira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Júlio de Campos Soares, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 hora a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
João António Fernandes Pedroso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins (saiu às 23:00 horas) e Margarida Dias Ferreira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Presidente da Mesa Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, e dos vogais Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Raúl Ventura Martins e António Santos Costa pelos sucedâneos na lista de candidatura, João Carlos Loureiro Pedroso, Vera Maria da Cruz Vieira, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.

Os sucedâneos na lista candidatura Joaquim Manuel da Silva Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Vasco Manuel Dias Lopes e Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, José António Tavares Vieira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha e Manuel Arede de Jesus, se fizeram substituir nesta reunião por Júlio Vasconcelos Oliveira, Júlio de Campos Soares e Telmo Viera Martins, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o líder do Grupo Municipal do PS solicitou um *Período Antes da Ordem do Dia* sobre como decorreu a realização do “Feriado da Cidade”. Colocado à consideração do plenário pelo Presidente da Mesa em exercício, não se verificou oposição.

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

“Muito brevemente. Primeiro para dizer que o Sr. Professor está a presidir a isto com alguma regularidade — muito me apraz. Acho que faz bem o lugar de Presidente da Assembleia.

Mas não era bem sobre isso que queria falar. Queria falar sobre o dia 12 de Maio; algumas considerações ligeiras.

Primeiro, gostei do discurso do Presidente da Câmara. Discurso bem estruturado e bem escrito. E havia alguma expectativa na medida que o Dr. Alberto Souto é um prosador notável — mas devo dizer que o discurso do Dr. Élio Maia não desmereceu o nível de qualidade de teor.

Quanto às opções dos galardões decididas pela Câmara... bem a Assembleia Municipal não tem nada com isso! Agora, o que não esteve bem foi o protocolo.

Desde logo a disposição da sala — gosto mais da outra disposição da sala ao comprido; gosto mais. Enfim, foi uma experiência.

Agora não percebi bem era onde estavam os representantes dos Grupos Municipais, onde é que estavam os outros membros da Assembleia, não percebi onde estavam os convidados nos sítios onde estavam.

A introdução daquele número artístico, achei bem. Eram estas breves considerações que queria fazer. Muito obrigado.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Paulo Jorge Barreto Marques Maia e Mário Manuel Borges Pereira Pinto)

Vogal António Granjeira CDS/PP)

“Eu gostava de dar os parabéns ao executivo pela festa e pela organização. Foi bonito, gostei de ver, fica bem quando assim fazemos uma festa em Aveiro. E para explicar melhor (e espero que o Sr. Presidente não fique aborrecido com aquilo que vou dizer) o discurso que proferiu naquele dia, mas de facto acho que foi “espectacular” (ouvem-se risos).

O discurso estava muito bem feito e eu gostei de ver na continuidade dos discursos que se fazem em Aveiro. Acho que é importante numa sessão daquelas ter o cuidado que se teve e agradeço por isso.

Por outro lado, agradecer à Câmara a excelente ideia de mudar a disposição da sala. De facto não fazia sentido, as pessoas interrompiam a sessão, assim entram para trás, acho que ficou muito melhor. A ideia da actuação musical foi fantástica. Gostei bastante.

Por outro lado dar os parabéns à Câmara e a quem se lembrou de fazer a “Galeria dos Presidentes” — claro que podia ser de outra maneira e tal, acredito que sim. Mas acho que pelo menos houve uma ideia, cumpriram a ideia, fizeram e ficou melhor do que estava.

Dizer ainda que à noite a festa do Teatro estava muito engraçada. Nós tivemos uma actuação de gente interessantíssima de Aveiro. Acho que foi bom fazermos um espectáculo com aquela qualidade em Aveiro, no sítio mais nobre que nós temos, com a nossa Filarmonia — acho que foi muito melhor fazer aquilo do que fazer um jantar como antigamente se fazia.

Para finalizar, felicitar São Jacinto pela atribuição da Bandeira Azul. Acho que é um marco importante, penso que foi a primeira vez e penso que foi bom o ter calhado próximo das festas da cidade. Espero que no futuro consigam manter a praia e a qualidade das águas e tudo o que é obrigatório para ter esse galardão, - que para mim é muito importante, e para o conselho também.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS)

“Boa noite senhores deputados. Eu já tive oportunidade de citar o nosso Presidente da Câmara porque também gostei imenso do discurso que fez, em que tocou em tudo o que nos é mais caro, desde as gaivotas às salinas passando por alguns dos aveirenses mais distintos.

Mas o que queria aqui dizer é fazer uma referência ao protocolo — melhor dizendo, à falta de protocolo.

Eu lamento imenso aquilo que se passou na sessão solene porque eu estou aqui porque fui eleita para aqui estar e tenho de fazer o meu melhor. Mas não me posso dissociar do facto de representar a Ordem do Advogados em Aveiro.

A Ordem há uns anos não fazia parte do protocolo, mas fomos falar com o Dr. Alberto Souto e tentámos juntamente com os Engenheiros, os Médicos e os Arquitectos, lembrar-lhe que tudo o que esta cidade tem deve a muitos dos profissionais liberais e de entre eles ao Advogados — a quem pertence.

Daí que tenha achado estranho, estranhíssimo, porque a partir daí sempre fomos convidados para todos os eventos, nomeadamente participar nas Festas do Município, que este ano estranhamente não tenhamos recebido um único convite.

Quando ao chegar à sessão solene me disseram que era para não haver duplicação!?! Aproveitei para me calar e então agora, no sítio próprio, fazer notar o meu desagrado muito grande por esta atitude.

Eu sou membro da Assembleia Municipal e sou advogada. Foi eleita pelos meus colegas para a Delegação da Ordem do Advogados. E nessa qualidade eu repudio aquilo que se passou. Não há duplicação de espécie nenhuma porque os Engenheiros estavam lá pela Ordem e por outras funções. Depois, muito menos aceito, que a Ordem tenha sido colocada no fim da lista.

Quando olhei para os retratos dos Presidentes da Câmara vi lá alguns dos ilustres Advogados e meus colegas que têm um passado que me fazem sentir orgulhosa de os poder representar. Eu falo em nome dos advogados, das outras profissões não tenho procuração para o fazer. Mas queria que o Sr. Presidente tomasse nota deste meu desagrado e que esta situação não volte a acontecer. A Ordem dos Advogados não é posta atrás de ninguém! Têm de direito próprio o seu lugar. Como o Sr. Presidente reconheceu há tempos a Ordem têm uma intervenção activa no município. Protocolarmente exigimos que seja reposta a situação. Temos a nossa função e queremos que isso seja reconhecido.”

Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

PONTO 7. – SÍNTESE DA ACTIVIDADE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO EM 2005 (ATÉ FINAL DO MANDATO).

(O texto da Síntese da Actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2005 (até final do mandato) foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

Usou da palavra o Presidente da Mesa em exercício, que teceu algumas considerações sobre o documento em apreço, dando de seguida a palavra aos membros da Assembleia.

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)
Vogal Carlos Candal (PS)
Vogal António Granjeia (CDS/PP)
Vogal Arsélio Martins (BE)
Vogal António Regala (PCP)
Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

B

O documento foi apreciado pelo Plenário.

PONTO 8. – UMA VIA TURÍSTICA MARGINAL À RIA, LIGANDO AVEIRO E ÍLHAVO.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao líder do Grupo Municipal de PS, Carlos Candal, para fazer a apresentação deste assunto, em virtude de ter sido agendo pelo próprio, nos termos regimentais.

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Esta possibilidade dos deputados poderem agendar pontos para a ordem de trabalhos é relativamente recente, e eu acho bem, tem sido utilizada; eu pessoalmente é a primeira vez que utilizo, a câmara é quem predomina na definição da agenda, mas acho bem que os deputados não esqueçam e não desaproveitem esta oportunidade que eu agora exercitei.

Esta planta que vos distribuí, - que é escasso material, foi-me cedida como se vê pelo rodapé (foi-me cedida é uma maneira de dizer, porque tive que pagar uma módica quantia), pelo Porto de Aveiro, e já está um pouco desactualizado, manifestamente nota-se aí em alguns sítios, mas para esta conversa aqui serve perfeitamente.

Acho interessante sublinhar que estás vistas de avião, ou de helicóptero são interessantes porque as pessoas que calcorreiam as estradas e as ruas a pé, ou de bicicleta ou de automóvel, às tantas perdem a noção da posição relativa dos locais, dos sítios, das povoações, dos acidentes (geográficos, físicos); portanto, ver o mapa é cair no real, obriga a ponderar a meditar e a analisar; e a reviver uma perspectiva perdida ou esquecida das circunstâncias geográficas. Dai que, se isto acontece comigo, admito que aconteça com mais alguém.

Tenho que chamar desde logo - e iniciando a conversa, à atenção para o seguinte: - aí na planta no canto esquerdo, vê-se ali um restinho de “Aveiro” e aquele canal ali, e tem um picotado no meio do canal, que depois inflecte para a direita, por cima de onde se lê

“salinas”, depois vem cá para baixo..., é a separação dos concelhos de Aveiro e Ílhavo, - é importante ter-se isso presente quando se fala numa ligação rodoviária entre Aveiro e Ílhavo é preciso desde logo saber, que parte dessa via eventual ou pretendida, que parte é que se situa em Aveiro que parte é que se situa em Ílhavo, para concluir isto: - é fatal e necessário, um entendimento entre os dois municípios, que não tem havido e que espero que possa vir a haver. Não tem havido por divergências de filiação partidária; umas vezes ganham uns outras vezes ganham outros, e quem ganha aqui não ganha lá e quem ganha lá às vezes não ganha aqui; e depois também pela maneira de ser, pelo temperamento, pela maneira de pensar e de agir dos responsáveis locais.

Deixou de haver em tempos, e alguns lembrar-se-ão, em tempos havia uma rivalidade entre Aveiro e Ílhavo, aparentemente sem razão, mas havia. Sem desprimor para Ílhavo em termos sociais e económicos (económicos não sei), e já estou a cair no preconceito que mereceria ser censurado por qualquer ilhavense..., aparentemente Aveiro era mais importante que Ílhavo, ou dava-se ares de mais importância, por ser cidade antes de Ílhavo.

Mas esta rivalidade, esta concorrência, esse bairrismo, está esbatido e é bem que esteja.

Além do mais, e estou ali a olhar para os deputados mais novos que têm longas carreiras à frente, é preciso ter presente que, quando houver, - se vier a haver, (e eu não concordo com essa reforma), mas quando formos para os círculos uninominais, onde estiver Aveiro, está Ílhavo, e é preciso ter isso presente, e é bom que haja um bom relacionamento. E nisto, nesta estrada, é óptimo que haja um bom relacionamento.

Mas eu estava aqui a chamar à atenção para algumas referências no mapa, e continuo isso daqui a bocadinho, agora vou à parte histórica.

Eu estou a fazer o meu quinto mandato na Assembleia Municipal. O primeiro que fiz, da maioria CDS; fiz dois mandatos. O primeiro foi muito interessante; no segundo foi absolutamente desinteressante. O CDS arranjou uma representação parlamentar bloqueada. Podia-se dizer maravilhas, - ver as pessoas a dizer que sim, a sorrirem e a bater palmas, e quando chegava aos votos “nicles”; e não tem semelhança nenhuma, porque no primeiro mandato consegui maiorias, para as minhas teses contestatárias da câmara. No segundo mandato nada, podia ter carradas de razão, não havia um argumento contra; a primeira vez que falei nesta “Via Turística” foi nessa altura. Nem sei que tempo é que lá vai (18 anos, não sei, nem interessa nada), mas não quero que esta via tenha o meu nome, - já tenho aí vários sítios para quando me finar, me seja lá colocada a placa, e espero que não demore tanto como a do Eduardo Cerqueira, porque esse já vai desde mil novecentos e oitenta e não sei quê. E não fui eu que inventei a ideia, - as ideias pairam e são apanhadas por muita gente; e agora voltei a ter gosto nisto, porque a ideia que eu tinha numa via turística entre Aveiro e Ílhavo, a sair ali da zona da Universidade - e já vamos ao mapa, havia de ter um perfil, entre a actual estrada da Pega, e o arranjo que foi feito no canal de S. Roque ao correr com o IP 5; um misto disso. Não pode é ser uma estrada! Não pode é ser uma estrada com transportes colectivos, camionetas de carga, atrelados, isso é que não pode ser.

Agora só para ciclistas? - Se calhar é pouco. Ciclistas e cadeiras de rodas? Talvez! ... e carrinhos de bebé; tem que haver essa via, se vier algum dia a existir e espero bem que haja, tem que ser uma via muito especial, tem que ter um certo perfil, entre a estrada da Pega e o arranjo que foi feito à margem do canal de S. Roque. “Panorâmica”, não deixam; até nem é bom usar a palavra, porque os ecologistas e os rigoristas do domínio público marítimo, e da fauna e da flora da Ria ficam logo com urticária. Tem que se mudar imediatamente o discurso; panorâmica nunca!! ... é uma via turística. Tem que ter limite de velocidade, as regras de construção já existem não vale a pena estarmos a inventar, as regras de estacionamento terão que ser cuidadas; a possibilidade de haver uns apoios, - a distancia também é pequena, mas pode haver a possibilidade de se legalizar um bar, uns sanitários, mas isso são coisas de pormenor; agora via panorâmica é que não; porque se começou por

falar em via panorâmica e levou logo um chumbo daqueles de zagalote. Porque quando começou a ser desenvolvida essa ideia, não fui eu que estive nisso, tinha a ideia de ser uma estrada panorâmica a marginar e a contornar a Ria. O Lago do Paraíso, que aqui se chama lagoa, e mais para baixo. Devo dizer que a lagoa está relativamente assoreada. Eu já remei com uma guia que era do falecido Dr. António Peixinho, - não vou contar essa história, remei aqui com um barco de regatas, mas agora não se pode, porque aquilo precisava de ser arranjado.

Bem, mas via panorâmica é que não, porque era suposto contornar a linha de água da máxima da praia mar, marés-vivas. Bem isso aí, prejudica a zona húmida da Ria e afectaria a nidificação e a postura do peixe; a nossa Ria, por exemplo, toda a pescada que a gente come aqui e ali e acolá, até aquele de posta larga, as pescadas nidificam na Ria de Aveiro, - não sei se sabiam disso?

Via panorâmica nunca! Mas pega-se aqui no mapa, nesta carta e começa-se por cima para nos localizarmos; tem ali aquela coisa que vai ser murada para o POLIS, aquele trevo esquisito da entrada na cidade, e depois desce-se um bocado e lê-se – “Pega”; tem aí a Rua da Pega ou a estrada da Pega, e depois vem-se por aí a baixo (...) já agora uma notícia: a referência à fonte da Pega que lá está, não sei se é água encanada ou se é água natural, é a primeira alusão à vida urbana, ou há vida de povoado de Aveiro, que consta nos documentos antigos (...), Rua da Pega, vem por aí a baixo, e depois diz ali, mais abaixo Santiago, por cima diz Universidade, e depois ali onde se lê Agra do Crasto, um bocadinho acima diz “Etar” — isto é para nos localizarmos. Esta via turística que eu preconizo, deverá arrancar dessa zona (mais ou menos), já tem ali uma pontezita que está ali marcada, deve arrancar daí mais ou menos, até não sei onde..., até Ílhavo, e não tem que ser, nem a contornar a zona húmida que está aqui a azul, nem a deixar de contornar. O importante, é que seja cómoda, agradável, para automóveis ligeiros, para camionetas de passageiros em serviço, carrinhos de bebés, ciclistas e deficientes, etc.

Vem-se por ali a baixo, há-de partir daí e vai para onde? Bem, isso tem que ser acertado com a câmara de Ílhavo porque cá em baixo e vamos agora descer, não é no canto esquerdo mas é quase, onde está aí a estrada, está ali uma ponte que atravessa o Rio Bôco, que é já o chamado canal de Mira, ou esteiro de Mira já, mas também nesse sítio concreto tem o nome de Rio Bôco; a seguir a essa ponte, - e está aqui figurada a ponte antiga que tinha aqui um separador a meio, mais adiante um bocado já tem ali uma rotunda (que até nem está feita), - e não está aqui desenhada.

E dizia eu, que em Ílhavo, - e eu não tive oportunidade de falar com o Presidente da Câmara de Ílhavo, telefonei-lhe já há uns tempos, antes de agendar isto, porque a vida política é complicada, e as pessoas tem direito e receber deferências e gostam de as receber, e há que ter esses cuidados; então eu telefonei ao Presidente da Câmara de Ílhavo para lhe dizer e conversámos ligeiramente, e ficou combinado depois falarmos detalhadamente, mas eu atraso-me nas coisas e não pude, e ele não está cá, chega esta noite, já não voltei a falar-lhe; mas falaremos ou falarão, porque de Ílhavo nesse sentido, para norte digamos assim, já saem várias estradas, várias ruas, com uma bitola que não é a que convém aquilo que eu desejo que seja a via turística. Mas as estradas que lá estão aqui neste mapa: estão onde estão e terminam onde terminam, e depois haverá um afeiçoamento, um desvio, uma alteração de bitola ou de perfil para essa coisa da via turística.

Por outro lado, de nascente para poente, já estão a ir nomeadamente ao pé da Agra do Crasto, já há vias que vão quase até à Ria, e há ou perspectivam-se já construções.

O tema tem de ser estudado, e sugiro que em passeio, não por causa disto que não tem merecimento para obrigar ou sugerir a vossa deslocalização, mas vão ver a obra que a câmara de Ílhavo, ligando ali a zona da Mota, saindo da estrada antiga das gafanhas, puxou à Ria, e a zona da Mota ficou ligada à ponte da Gafanha por uma marginal. Só que esta

marginal é uma marginal rodoviária, com trânsito, com aquelas calhas metálicas horizontais horrorosas que estragam qualquer paisagem, qualquer vista. Mas é um pouco isso, e não estraga salgado nenhum, nem zona húmida nenhuma, é feito em sítio sólido, mas está a Ria à vista.

A história do não desenvolvimento desta ideia que não é minha, é nossa, é de muita gente e é do bom-senso e de quem tem sentido estético, e até de quem for ecologista porque podem-se tirar fotografias aos passarinhos, descobrir ali algum ninho de carapau, ali no salgado.

A história é a seguinte: - na altura, primeiro, havia a rivalidade entre câmaras – mandas tu, mando eu, e tal; depois entrou um outro factor (ainda não são os ecologistas), a universidade de Aveiro, que começou a dizer: - alto! Cuidado que isto passa aqui nos nossos domínios, ou muito perto deles, e a gente não quer aqui os camones e os japoneses a passar e a tirar fotografias! Tem que haver um certo recolhimento do Campus Universitário..., bem, pode haver recolhimento, aquilo passa cá fora e se for uma estrada turística, limitada na velocidade de circulação, não afecta nada o pensamento da inteligência universitária, penso eu; - mas ia eu a dizer; era um factor de perturbação, - não sei já quem era o reitor, ou eram todos! Sempre muito inteligentes, e quem é reitor tem ideias, e o que é pior é ter a mania que tem ideias, e isso depois perturba as soluções. Mas houve uma altura em que esteve quase, quando era presidente na câmara o Prof. Celso e de Ílhavo o meu camarada Humberto Rocha, e o reitor não sei que era, mas eles é que podem contar a história, esteve tudo já mais ou menos apalavrado, mas depois estragou-se tudo.

E vou acabar; falta falar do Porto de Aveiro, falta cá o Raul Martins, que também teve intervenção, não sei em que sentido, mas não será contra.

Depois no tempo do Alberto Souto e Ribau Esteves, a coisa não era pensável. Não se acertaram para fazer o canil, quanto mais para acertar uma via turística.

Penso que a altura é boa para isso. O Eng.º Ribau Esteves, no telefonema que tivemos, muito sumário disse: - ó pá tudo bem, mas nós até já temos uns bonecos e tal, mas isso se calhar vai ter de se mexer no PDM. - Não sei! Não sei, porque isto não tem nada a ver propriamente com o PDM; não é uma estrada, no sentido de escoamento de trânsito, não é uma zona de construção urbana! Não sei que tenha a ver com o PDM, se calhar tem. Mas então mexam no PDM; e se o PDM de Aveiro também tiver que ser mexido, há aquele pensamento filosófico profundo, - penso que foi o Manuel Maria Carrilho que o disse: - os PDM's existem para serem alterados. E portanto, se o nosso PDM não contempla, ou contempla, mal, altere-se o PDM e o de Ílhavo também.

Portanto, estrada panorâmica a tornejar os limites da Ria nem pensar! Há-de ser à distância que calhar, até porque o domínio público marítimo, não sei se não teria que ser respeitado, porque senão, nem havia estradas nem pontes; são cinquenta metros afastados da máxima praia mar de marés vivas. E por aqui me fíco.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

□

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado. Tenho estado a ver com algum cuidado o caminho que vai do lado Poente, que vem da minha terra Santo André, até Aveiro. Estive a ver como é que evoluiu a rua dos Cardais, particularmente na Gafanha da Boa Vista, e de como é que foi possível que depois de ter aberto as vias e deixarem de ser como eram e passarem a ser betuminoso, o que é que

aconteceu!? Portanto sei que quando construímos qualquer coisa num Ambiente frágil há-de haver alguém que por razões óbvias e interesses particulares pode pôr em perigo aquele tipo de Ambiente. É evidente e é verdade que essa rua dos Cardais que foi aberta, que era uma rua sem estar alcatroada, sem estar muito desenvolvida, actualmente está muito desenvolvida e desemboca numa outra que vai para o lado do mar, mas a parte que vai ao longo da Gafanha da Boa Vista desenvolveu junto à Ria uma mancha enorme de habitação.

É um sítio extremamente agradável. De um lado mantêm-se a estrutura tal como estava, mas deve reconhecer-se que houve uma agressão total àquela região.

Tudo para dizer que eu assisti ao desenvolvimento desta região tal como ela está agora e não ponho as minhas perspectivas no seguimento de dizer assim: é um sítio que gostamos de passar por lá e portanto vamos alargar mais vias do outro lado para gostarmos de passar por lá.

Não sou adepto portanto do futuro de vias tal como nós as vimos depois de ter rebentado com o que lá estava — como mal menor. Quero dizer: sou colaboracionista. Sou muito reaccionário a este respeito do Ambiente. Mas o que eu sei é que ao termos rebentado as actividades típicas de uma série de regiões à volta de Aveiro, nós podemos estar a rebentar com o Ambiente por outra via. E o que sei também é que os municípios e toda a gente está a fazer os possíveis para preservar os ecossistemas dando-os a conhecer e dando à população a possibilidade de os promover e de os proteger. O nós termos feito vias ao longo das dunas com madeira para as proteger, por exemplo em Espinho e Gaia, desde limpar os rios até às nascentes e o que aconteceu em Mira, Vagos, Ílhavo, etc. faz com que a população se aproxime dos ecossistemas e dessa maneira impede a sua transformação e impede a sua degradação.

De certo modo nós diríamos que Aveiro precisa de eco-turismo, precisa de turismo, precisa de diversificar e uma das formas seria o de fazer chegar aos locais próprios as pessoas que podem proteger os ecossistemas e podem alertar sistematicamente quando os serviços públicos não estão a cumprir o seu papel. Que é substituir as actividades e a acção humana no que ela tinha de significativo para os ambientes onde foi abandonada a actividade tal como ela era. Estou a dizer isso porque o era normal era que pensássemos que podíamos desenvolver vias que não prejudicassem.

Estou a dizer isso porque podemos aproximar as pessoas do Ambiente sem o ferir gravemente. Provavelmente poderíamos proteger muitas das áreas de Aveiro se pudessemos ter acessos simples e não muito caros para que as pessoas fossem para lá e pudessem chamar a atenção e tentarem proteger o Ambiente tal como ele existe. O mínimo que podemos fazer (e já se fez em São Jacinto) e o mesmo se faz na maior parte dos sítios onde nós queremos proteger usando o que nós temos de melhor, que são as pessoas.

Onde a actividade humana foi produtiva e foi abandonada, só os humanos podem ir proteger de novo o que lá está e tentar manter a um nível bem sustentável.

Dito de outra maneira, nós somos adeptos de que este problema deve ser discutido, mas somos adeptos de que se essas vias forem abertas devem todas ter vias para conservar, para manter, vias para garantir que não se transforma aquele sistema muito fraco numa coisa que nunca foi e que nunca deve ser.

É por esta mesma razão que sou contra a Marina da Barra, porque sou a favor da nidificação das pescadas e a Marina da Barra destruiu uma parte do ecossistema que tinha a ver só com a alimentação do mar.

Uma boa parte do sistema de reprodução da área toda à volta de Aveiro depende expressamente daquela grande mãe que tem ali, exactamente na abertura daquele canal da Barra. E seria extremamente perigoso por exemplo acabar com as mães sem se saber que outras mães se podem dar para a alimentação do mar.

Em minha opinião esta discussão deve ser começada quanto mais cedo melhor para que se tomem boas decisões conservacionistas sim senhor e claramente sustentadas e sustentáveis por todos os municípios. Isso significa Vagos, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Albergaria, significa alianças de vários concelhos para fazer esse trabalho com consistência. Há em muitos países lugares com acessos à natureza, mas não têm nenhuma estrutura que prejudique e que destrua o ambiente nesses sítios.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O espaço em questão, onde existirá uma virtual via turística, panorâmica, entre Aveiro e Ílhavo, merece toda a ponderação e sensatez, remetendo-nos, necessariamente, para um estudo global de pormenor. Trata-se de uma zona sensível, sob vários pontos de vista, especialmente os de ordem ecológica e paisagística. É preciso estudar a realidade física, analisando e diagnosticando bem uma área de maior abrangência e fazer verter as soluções de enquadramento técnico num Plano de Ordenamento. É fundamental saber da necessidade da execução de uma via panorâmica (ou turística) entre Aveiro e Ílhavo e em que moldes.

Desde sempre o homem soube moldar e moldar-se à natureza sem colidir com o equilíbrio dos ecossistemas, configurando as paisagens, humanizadas, com integrações tranquilas. As últimas 4 | 5 décadas serão (eventualmente) as mais nefastas para a natureza, resultado de incisões desenfreadas e desmedidas, consequência de um conceito de progresso que se baseia na miragem do betão, do alcatrão e do milhão...

Vemos nos jornais, nas revistas, nos relatórios e nos discursos políticos e apolíticos, um léxico interessante, referente à integração, ao equilíbrio, à sustentabilidade, à qualidade, à preservação, à salvaguarda, à requalificação e demais adjectivações e considerações que nos remetem, teoricamente, para o bom caminho. Parece-me que, estamos perante um discurso interessante, mas negado pela prática. A palavra mais perigosa tem sido a requalificação, pois que, tem vindo a encapotar as mais diversas atrocidades acometidas sobre o espaço natural e construído.

Estava expectante para saber da argumentação válida, de ordem poderosa, que o partido socialista traria a esta assembleia, pois dela retiraríamos o porquê da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.

Sabemos bem da vontade e propósito do Ex-Presidente da Câmara de Aveiro em consumir esta via entre os dois concelhos. Sabemos agora que o Partido Socialista reitera tal determinação. Contudo, deveria saber o Partido Socialista que é fundamental proceder previamente à concertação entre entidades (e são muitas), o que pressupõe, nomeadamente, a necessidade de um bom entendimento com o município vizinho, para além de um cabal conhecimento dos constrangimentos técnicos, jurídicos e ambientais.

Aconselhamos uma consulta atenta ao Plano Intermunicipal da Ria pois nele vem plasmados não só os traçados das vias panorâmica e ciclável, bem como a definição dos seus perfis. Averiguamos também, nesse plano, que, para o sítio, estão previstos os seguintes planos/projectos:

Do lado de Aveiro:

AV.06 - Recuperação Ambiental e Paisagística do Esteiro de S. Pedro

AV.07 - Desassoreamento e requalificação do Lago do Paraíso

AV.09 - Universidade de Aveiro - Arranjo da Frente de Ria

Do lado de Ílhavo:

AV.08 - Qualificação e Recuperação Paisagística da Marginal Ribeirinha

Este conjunto de propostas resultaram de uma ideia de conjunto no âmbito da AMRIA e, portanto, sob o ponto de vista da inter-municipalidade. Poderemos não concordar com

algumas das premissas e soluções que derivam deste Plano (não vinculativo). No entanto, será sempre um excelente ponto de partida.

Julgamos que seria de relevância capital que a Entidade Gestora da Ria pudesse emergir das águas turvas, das políticas sinuosas, que tem travado o legítimo anseio das populações e pudesse empreender os Planos de Pormenor referidos e bem assim dar esteio a propostas bem consertadas e sedimentadas.

Tenho muitas dúvidas sobre esta via panorâmica. Muita gente tem dúvidas. Seja qual for o modelo a adoptar, importa que não surja de uma imposição avulsa, precipitada e muito menos nos termos ligeiros aqui preconizados e expostos pelo Dr. Candal.

Estamos certos que o Sr. Presidente da Câmara pugnará pela ponderação e prudência e com a diplomacia que é característica, concertar com Ílhavo e necessariamente trazer ao processo os vários saberes e outras sensibilidades a referir: ecologistas, urbanistas, demais técnicos, entidades e população em geral.

Tem vindo a lume, na comunicação social e nas conversas de café, referências várias sobre esta questão; umas mais avalizadas que outras – mas todas elas importantes e legítimas. É bom que assim seja. É bom que haja participação dos cidadãos sobre as questões do urbanismo. Será importante que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio Maia, dê início a outro estilo, ouvido os Aveirenses e obtendo consensos.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Já agora, gostaria de facto acrescentar, tanto quanto me foi possível saber, esta questão foi integrada no documento de campanha eleitoral do Dr. Élio Maia. A intenção eventual de se vir a concretizar este projecto.

Mas de facto, não posso deixar de manifestar a minha satisfação por temas desta natureza serem trazidos a debate nesta assembleia e, por isso, felicito o Dr. Carlos Candal por ter envidado esforços para que tal acontecesse. E julgo que esta Assembleia Municipal tem também de debater o futuro da comunidade e a forma como vamos utilizar o território e proteger ou não os nossos valores naturais.

E neste caso é também um assunto interessante porque ultrapassa as temáticas de âmbito local exclusivamente e requer de facto estreita colaboração com o município de Ílhavo. É verdade que se anda há muitos anos a falar sobre este assunto e em termos genéricos têm-se falado numa ligação rodoviária entre Aveiro e Ílhavo aproveitando a vista panorâmica, sobre a Ria de Aveiro e as margens do Rio Bôco. Mas este tema não se resume à construção de uma simples estrada. É muito mais do que uma mera estrada.

Apesar dos diversos comentários e reacções que este tema tem suscitado, creio que o debate está por fazer.

De facto foram já aqui referidas observações sobre a complexa localização da via e que interfere com as imediações da Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro, integrada na Rede Natural 2000, interfere também com o domínio público hídrico e marítimo, e que não está prevista nos Planos Directores Municipais de Aveiro e de Ílhavo, podendo implicar alguns condicionalismos para ser concretizada.

Mas, para além dos condicionalismos superiores e para podermos perspectivar um projecto desta natureza, temos várias questões a colocar:

- Que conceito de via ou estrada pretendemos ter, que tipo de via e para quê, i.e., com que funções? O Dr. Candal deixou algumas ideias, mas eu entendo que há ainda aqui um campo a explorar.

- *Outra questão é se temos noção dos impactes que a estrada pode vir a provocar? Serão os impactes admissíveis e articuláveis com condicionantes e/ou expectativas de natureza diversa existentes nos municípios? (as expectativas de pessoas como nós que gostam de passear e ver a paisagem, podem não ser as mesmas dos proprietários dos terrenos atravessados que podem gostar e precisar das suas actividades agrícolas — e temos de ter atenção nesta matéria)*
- *Para além disto quais os requisitos técnico/administrativos, políticos e financeiros, e de colaboração intermunicipal, necessários para podermos perspectivar a concretização desta “Via panorâmica”?*

Relativamente ao conceito de via poderíamos considerar várias hipóteses:

a) – Uma hipótese podia ser uma estrada de terra batida destinada apenas a percursos pedestres e cicláveis;

Esta implicaria um mínimo efeito intrusivo do ponto de vista ambiental. Mas poderia implicar uma dispendiosa manutenção face à variabilidade das condições hidrológicas ao longo do ano. E estaríamos nós dispostos, neste caso, a escolher uma solução onde os retornos do investimento se verificariam, apenas, e fundamentalmente, ao nível da oportunidade que a via proporcionaria para sensibilização ambiental e a fruição das características paisagísticas?

b) - Outra hipótese seria uma estrada ao estilo da Rua da Pêga, com dois sentidos, mais uma pista ciclável;

Esta permitiria alguma fruição das características naturais e paisagísticas mas, poderá envolver um alguns de impactes ambientais sobre a Ria de Aveiro e o Rio Bôco. Conseguiríamos nós garantir níveis de tráfego automóvel com quantidade e velocidade controladas, para evitar os impactes acrescidos ao nível da poluição do ar, do ruído, da contaminação dos cursos de água pelas águas de pluviais contaminadas com óleos e poeiras, e a consequente perturbação dos habitats naturais? Conseguiremos articular estes impactes com os objectivos de preservação do espaço natural de ZPE? Conseguiremos nós criar condições para evitar que esta via não se torne numa circular alternativa de acesso entre Aveiro e Ílhavo e impedir que os impactes ambientais sejam ainda maiores? Conseguiremos criar condições técnico-administrativas para evitar que a especulação imobiliária e as pressões urbanísticas transformem esta zona numa marginal tipo “Oeiras ou Estoril”?

c) – Outra hipótese, ainda (esta mais radical). Uma estrada de dimensões maiores e sobrelevada que teria um impacte intrusivo de grandes proporções mas poderia funcionar como um eventual dique protector das duas cidades, na eventualidade da subida do nível média das águas do mar no futuro?

São estes os tipos de questões que temos de discutir aqui e ter uma noção das potencialidades, das limitações, e das nossas próprias expectativas.

e) ou podemos atrever-nos a considerar o termo que em Avaliação de Impacte Ambiental vulgarmente se usa “hipótese zero” isto é não fazer a estrada.

Outra questão ainda. Como é impensável aterrar a Ria, como vai ser instalada a estrada? Vai atravessar os terrenos privados, alguns com actividade agrícola importante? Vai exterminar a pouca actividade agrícola que temos nesta zona da Ria e do Rio Bôco? Não estou a defender que não se possa fazer nada nas imediações da Ria. O que me preocupa é que intervenções deste tipo envolvem o risco de se replicarem e reproduzirem pelos 10 municípios envolventes, multiplicando, assim, projectos que podem lograr tentativas de preservação deste ecossistema da Ria de Aveiro.

Tenho defendido que a par da promoção de actividades na Ria de Aveiro que a possam valorizar do ponto de vista socio-económico e da protecção das actividades tradicionais como a agricultura nas suas margens, uma das formas de preservar a Ria é através da criação de condições para que o público em geral possa apreciar a paisagem da Ria de Aveiro e aprender a valorizá-la. Uma forma de concretizar isto é através da criação de

espaços públicos nas margens da ria (que poderiam incluir actividades de lazer e de recreio para se retirar algum rendimento económico). Estes espaços permitiriam que todos pudéssemos beneficiar da Ria e não, como acontece hoje, limitar em grande parte a sua fruição apenas àqueles que têm a oportunidade de beneficiar dela pela posse de um barco ou de uma propriedade nas suas margens.

Nesta perspectiva tenho dificuldades em equacionar uma via panorâmica mas reconheço que pode constituir um exercício interessante e uma oportunidade para rever a utilização das margens da Ria à luz de expectativas e exigências actuais. Mas um projecto desta natureza terá que ser suportado por um trabalho abrangente e integrado. Como salientei inicialmente este projecto não é a construção de uma mera estrada. Deverá ser um exercício de ponderação dos objectivos que ambos os municípios preconizam, dos obstáculos e condicionalismos territoriais e ambientais. Um projecto destes deverá envolver uma figura de plano ou de projecto intermunicipal, que interprete as expectativas das populações, que anteveja o futuro, previna e contemple medidas de minimização dos impactes inevitáveis.

Seria interessante termos a oportunidade de reunir as duas assembleias para discutir esta questão. E julgo também que no futuro os avanços dados ao projecto deveriam voltar ao debate a esta assembleia.”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD)

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu não estou nada arrependido de trazer este tema aqui, até estou satisfeito. Só que foi aqui dita muita coisa com que eu concordo e muita que não concordo e é por isso que há democracia. O Sr. Arqto Anes trouxe o texto escrito. Bem...o improvisado é mais fútil e superficial, mas permite adequar às circunstâncias. Cometeu o mesmo erro que cometeram alguns camaradas meus quando disseram: então mostra lá a proposta. Não trago proposta nenhuma. Isto não tem nada a ver com o Partido Socialista, tem a ver com outra coisa. E o Senhor inquinou a discussão!? Inquinou irreversivelmente — e eu lamento! Porque quis fazer brilharete de técnico que é (reputado) e deu-lhe uma pincelada de político (que tem...coisa e tal, percebe).

Bem, mas há aqui coisas interessantes. Eu conheço muito bem a Ria. Aprendi a nadar ali debaixo da ponte São João, tenho um barco, já remei no assoreado do lago do Paraíso, etc. Só que nunca fui aqui ao correr com este sítio marginal, nem ninguém foi, só quem lá mora e vai apanhar sartela. E eu queria que isso fosse franqueado a mais gente. Compreendo os problemas; a AMRIA estudar isto(?) não era mal pensado se tiverem lá gente com olhinhos e ponderação — penso que sim.

A história do turismo de massas, eu conheço isso. O turismo de massas pode ser eficaz e disciplinado. Já estive em Machupichu no Perú, que é visitado todos os dias por 50 mil pessoas! Não se nota! Parece que só lá estamos nós naquele momento e há alguma degradação porque o simples respirar de tanta gente afecta as pedras, só por isso.

Mas também já estive na Jugoslávia num Parque onde ainda são mais as pessoas que frequentam — e não se nota! É um problema de disciplina. As aceito que a questão se ponha. A intervenção do homem é prejudicar a natureza. Bem, mas eu não sou a favor do homem. Gosto muito das borboletas, mas se a espécie de borboletas diminuir um pouco não me faz grande impressão desde que isso traga benefícios para o homem.

Ainda a propósito da Marina, lembrei-me de alguém... Eu sou a favor da Marina — com menor densidade. O problema ali é de densidade.

Com algum misticismo “eu acho que não se deve alterar o que Deus fez”. Não, Não. Quem conhece a história sabe que não foi Deus que fez aquilo. Foram o Von Haff, o Oudinot e o Silvério Pereira da Silva — são os apóstolos. Deus não teve nada a ver com o Salgado aveirense, com marina ou sem marina; não teve. Eu sou a favor da ponderação. Eu sou uma pessoa que tem vários defeitos um dos quais é ser excessivamente ponderado. Toda a vida me tramei por ser excessivamente ponderado; pode não parecer. Mas ter um determinado temperamento é outra coisa, não tem nada a ver com ponderação e bom-senso. Estes problemas têm de ser amadurecidos, ponderados, mas não apodrecidos! O Dr. Nascimento diz: o que era bom era um metropolitano. O Senhor ainda não percebeu que metro de superfície não vai haver aqui em Aveiro nem daqui a cem anos!? Não percebeu isso!

Bem, e enquanto não há um metropolitano que vai buscar o pessoal a Águeda e leva a Espinho, vamos arranjar aqui um metrozinho de superfície, uma coisa modesta, desde que economicamente seja defensável.

Bem, estudo de pormenor. Essa é a conversa do Arqto, Anes. Essa é a conversa chocha de quem não quer fazer nada. Eu sei que dizer “é preciso aqui um estudo de pormenor” óptimo, um estudo de pormenor...bem eu não tenho muito tempo, o Senhor tem, espero pelo estudo de pormenor.

Agora a história dos bichinhos e da Ria. Bem, ainda não ouvi nenhum dos que muito ponderadamente dizem “não nos devemos precipitar”. Ainda não os ouvi abordar o problema de poluição da Ria!? Quem gosta de enguias (que é o meu caso) e gosta de uma caldeirada, não se pode comer muito (não há aqui jornalistas não é porque isto é prejudicial para o turismo) porque as enguias de Aveiro têm mercúrio a mais. Tem uma dose de mercúrio prejudicial à Saúde. Uma vez ou duas, uma vez por ano, não faz mal nenhum. Mas alguém que como enguias todos os dias tem uma crise de morte. E quem é que fala nisso? O Dr. Nascimento não fala porquê? Bem, as enguias vão mamando o seu mercuriozito, mas temos ali a CUF e não sei mais o quê e tal, isso é que é desenvolvimento. Nos temos é de ter aqui e industrializar esta coisa, se polui, bem, não é... primeiro vamos ao quotidiano, à comidinha, ao prosaico. A vida faz-se do sonho e da realidade, da pressa e da ponderação, do estudo e do debate do contraditório. É isso que eu quero. Não quero que isto apodreça. “Abordei o tema em termos ligeiros” — pudera, então vinha aqui tratar o tema à maneira alemã com preâmbulos e antecedentes históricos? Não, eu vi aqui aflorar com futilidade e superficialidade, eu vim aflorar um problema. Eu não preciso da Ria, eu já fruo a Ria. Mas gostava que se não estragasse a Ria, mas que se aproveitasse. Eu estive em Benidorm quando aquilo era uma praia de pescadores maravilhosa. Bem, agora vai a Benidorm e não vê a areia. Vê o bar do hotel e já é um pau e a piscina. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Gostaria de começar por agradecer ao Dr. Carlos Candal ter apresentado aqui este assunto; nós temos também um conjunto alargado de questões a referir, mas dado o adiantamento da hora, vamos ver se conseguimos ser sucintos.

Dr. Carlos Candal, eu tive alguma dificuldade, - quero confessa-lo, para conseguir ter pé, (fiquei sem pé), na questão que o Dr. Carlos Candal colocou. De qualquer forma, comungo com as preocupações e com os princípios que definiu, e também afirmar a nossa disponibilidade e o nosso empenho, no diálogo com Ílhavo.

Seria imprudente da nossa parte, seria até incompreensível outra postura. Há interesses e problemas comuns entre Ílhavo, e o diálogo é a única forma de conseguirmos aquilo que se pretende para os dois concelhos.

Em relação ao Dr. Manuel António, queria concordar com a perspectiva intermunicipal que colocou em relação a algumas questões, é que isso que temos procurado fazer e é isso que iremos continuar a fazer no âmbito da AMRia e no âmbito da GAMA.

Em relação ao António Regala; a ligação entre os diversos esteiros ao longo da zona lagunar, é uma filosofia que não nos agrada pessoalmente há aqui questões que devem ser mais amadurecidas; - não sou particularmente adepto dessa filosofia. Em relação ao envolvimento de todos os munícipes, estamos naturalmente de acordo.

Queria naturalmente agradecer ao Dr. Pedro Pires da Rosa, ao Dr. Jorge Nascimento, ao Dr. Arsélio e a outras pessoas que falaram, pela reflexão e pelo contributo que trouxeram.

Ao Aqt. Paulo Anes, pelo contributo importante que trouxe aqui para nós reflectir-mos este assunto - foi valioso o seu contributo.

À Dr.^a Teresa Fidélis — é mais do que uma estrada! Estamos inteiramente de acordo em relação a muitas das questões pertinentes que colocou. Elas estão respondidas no Plano Intermunicipal do Ordenamento da Ria de Aveiro, onde essa via está classificada comutativamente como VIP (Via de Interesse Automobilístico) e como VEC (Via Ecológica Ciclável) e no âmbito das propostas estruturantes que estão nesse documento essas coisas aparecem todas pormenorizadas e estão lá as respostas para essas questões.

Como já é muito tarde não vamos esmiuçar isso, mas naturalmente ficamos ao dispor para poder ver esse assunto.

Deputado Rocha de Almeida “é uma promessa eleitoral”. E como promessa, tudo faremos para que se cumpra. Obrigado também pelo contributo.

Ao António Granjeia obrigado também pela análise que fez.

A finalizar gostava ainda de fazer uma apreciação final sobre este assunto. Portanto, gostaria de vos agradecer o vosso contributo, foi importante para nós, despertarmos para um conjunto de questões que aqui foram levantadas. É uma intenção, um desejo, que pelo menos há trinta anos percorre ou pelo menos aqui é falado nas assembleias locais, dessa via turística ou via panorâmica.

Em 1995 foi incluída no PDM e dez anos depois, portanto no ano passado, manteve-se na versão final do Plano de Urbanização da Cidade. E manteve-se porquê? Porque penso que todos estamos de acordo que se promovam mais e novas relações entre o município, entre a cidade, e entre a Ria, acentuando aquela que é uma das nossas maiores riquezas que é o elemento diferenciador que é a água.

E a via turística ou via panorâmica, pode ser um contributo para valorizar a água. Pode ser. Mas com cautela e com prudência! Estamos a falar ali de uma zona sensível, uma zona importante, de uma zona valiosa, e que por isso mesmo exige muita responsabilidade no tipo de intervenção que lá possa vir a decorrer. É que estão em causa na nossa perspectiva, um pouco na linha do que foi referido quer pelo Arq.^o Paulo Anes, quer pela Prof.^a Teresa Fidélis, mais do que uma via, está ali uma grande área conhecida como o “Grupo Sul do Salgado de Aveiro” que integra toda a frente ribeirinha Aveiro/Ílhavo, que integra o lago ou a lagoa do Paraíso, que integra o Esteiro de S. Pedro e todas as suas margens.

Portanto estamos a falar de uma zona sensível, e de uma zona importante, e de uma zona onde a preservação ambiental tem que ser um factor decisivo.

Por isso, na nossa perspectiva, a leitura é esta: esta via turística ou via panorâmica é apenas um elemento, uma parte do problema; o problema é toda aquela zona que ali está. E daí que nós defendemos que o que tem que ser feito para aquele espaço é desenvolver um estudo urbanístico — e aqui é assim, e o Dr. Candal manifesta alguma preocupação pela a opção poder ser essa, mas não há outra via.

Há ali RAN's e REN's, há ali um conjunto enorme de entidades que se têm de se pronunciar, que têm de concordar. Isso só pode acontecer através de um estudo urbanístico ou de um plano de pormenor. Não há via nenhuma, por muito moroso que isso seja de percorrer, outro caminho que não este. Tem de seguir este trajecto. E na nossa perspectiva é um estudo urbanístico ou um plano de pormenor que será a figura de instrumento do planeamento que vai resultar e aquele que for mais célere, por isso tem de se avançar por esse caminho para todo o Lago do Paraíso e uma das partes que se integra nesse plano de pormenor, nesse estudo urbanístico do Lago do Paraíso. Vai ser ou não vai ser uma via panorâmica ou uma via turística ou uma via ciclável; ou outra situação qualquer, mas integrada, não vista de modo isolado, mas integrada num conjunto que ali está.

Em segundo lugar. É naturalmente indispensável o envolvimento de todos, especialmente, por razões mais do que óbvias e que não é preciso relevar, do município de Ílhavo. É que o que se fizer daqui e o que se fizer de lá tem que entroncar uma coisa na outra. Não faz sentido que as pessoas andem voltadas de costas uns para os outros — isso é um autêntico disparate.

Este parece-nos ser o percurso mais correcto, para que se atinja uma postura ambientalista desejável, como dizia a Professora Teresa Fidélis há pouco “para proteger os nossos valores culturais e ambientais”, e para construirmos uma cidade de Aveiro, e um município melhor.”

De seguida o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal.

Eram 00:30 horas do dia 16 de Maio de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)